

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.147 - MS  
(2019/0110669-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**EMBARGANTE** : WILLIAM ORTIZ DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RODRIGO NUNES FERREIRA - MS015713  
LUCAS RIBEIRO GONÇALVES DIAS E OUTRO(S) - MS016103  
GLAUBERTH RENATO LUGNANI HOLOSBACK FERNANDES  
- MS015388  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO EMBARGADA. OMISSÃO CONSTATADA. PENA-BASE. *REFORMATIO IN PEJUS*. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM A ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, opostos por WILLIAM ORTIZ DE OLIVEIRA contra a decisão que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial por ele manifestado e negar-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 455):

*"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. 60,35KG DE COCAÍNA. PENA-BASE. AUMENTO. ILEGALIDADE. DESPROPORCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO. ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. NEGATIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. AGRADO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO."*

Alega o Embargante a omissão na decisão embargada, no tocante a existência de ilegalidade na majoração da pena-base em 2 (dois) anos acima do mínimo legal, pois teria ocorrido *reformatio in pejus* pelo Tribunal de origem no julgamento da apelação defensiva.

Pede o acolhimento dos embargos de declaração, com a atribuição de efeitos infringentes.

É o relatório.

Decido.

De fato a decisão embargada não enfrentou a tese de *reformatio in pejus* no julgamento da apelação, razão pela qual se passa à sua apreciação.

Contudo, razão não assiste ao Embargante.

O Tribunal de origem considerou que a natureza e a quantidade das drogas apreendidas deveriam ser valoradas apenas em uma circunstância judicial (circunstâncias do crime), e não ser considerado como dois vetores distintos, como fizera o Magistrado de primeiro grau. Porém, manteve a pena-base no mesmo patamar da sentença. Assim, não houve *reformatio in pejus*.

Conforme assentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em razão do efeito devolutivo da apelação, é permitido ao Tribunal reapreciar amplamente a fundamentação que lastreou a fixação da pena-base. Somente não pode majorar a reprimenda em se tratando de recurso defensivo.

Nesse sentido:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. DESFAVORECIMENTO DA CULPABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

*- O efeito devolutivo da apelação autoriza o Tribunal local, quando instado a se manifestar sobre a dosimetria da pena, a realizar nova ponderação dos fatos e circunstâncias em que se deu a conduta criminosa, mesmo em se tratando de recurso exclusivamente defensivo, sem que se incorra em reformatio in pejus, desde que não seja agravada a situação do réu, vale dizer, que não seja elevada a sua reprimenda ou recrudescido o regime de cumprimento.*

[...]

*- Habeas corpus não conhecido." (HC 480.012/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 23/5/2019).*

*"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE CAUSAS DE AUMENTO SOBEJANTES. CONCURSO DE PESSOAS E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. POSSIBILIDADE. VETORIAL DAS CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. ACRÉSCIMO DE FUNDAMENTO PELO TRIBUNAL.*

*REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO  
REGIMENTAL IMPROVIDO*

[...]

3. A jurisprudência desta Corte admite a suplementação de fundamentos pelo Tribunal que revisa a dosimetria, sempre que não houver agravamento da pena, em razão do efeito devolutivo amplo de recurso de apelação, não se configurando, nesses casos, reformatio in pejus.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.211.369/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 21/5/2018).

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração, sem a atribuição de efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora